

***Intervenção proferida pelo Deputado Aires Reis, na Assembleia Regional,
no dia 20 de Abril de 2005, sobre a Electrificação das Fajãs de São Jorge.***

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Pareceu-nos oportuno trazer novamente a esta Assembleia um assunto que é de grande relevância para a ilha de São Jorge – a Electrificação das nossas Fajãs.

Pois, o processo de privatização da empresa Electricidade dos Açores que está a decorrer e que, com certeza, ficará concluído muito brevemente, coloca algumas interrogações aos jorgenses relativamente a esta nossa antiga aspiração.

A verdade é que, aquando da Electrificação da Fajã dos Vimes, há alguns anos atrás, foi garantido nesta Assembleia, por responsáveis governamentais, que outras fajãs se lhe seguiriam e que os referidos investimentos seriam programados para os anos seguintes.

Entretanto, o tempo foi passando e apesar de querermos acreditar no compromisso do Governo Regional sobre esta matéria, vemos com grande preocupação o facto deste assunto não ter sido já tratado como deveria, e nem sequer constar das opções imediatas deste Governo Regional.

As fajãs de São João, da Ribeira da Areia e dos Cubres, como sabemos, formam um grupo prioritário no que respeita aos investimentos neste processo de electrificação das fajãs de São Jorge.

Por vezes tenho a sensação de que alguns dos senhores membros do Governo Regional e alguns dos senhores Deputados nunca deram a devida relevância a este assunto, talvez por não conhecerem bem a Ilha de São Jorge.

Mas, senhor Presidente, senhores Deputados e senhores membros do Governo, temos que ter em conta os aspectos sócio-culturais, tradicionais, e económicos da vivência dos jorgenses.

Ninguém reivindica a electrificação de todas as nossas fajãs. Estamos, neste momento, apenas a falar das principais, daquelas que mais cedo ou mais tarde vão ter que possuir energia eléctrica 24 horas por dia, devido à sua permanente ocupação, que em algumas ocasiões do ano aumenta, ao ponto de chegar a ter mais habitantes do que algumas das povoações açorianas.

Temos tido uma boa colaboração das autarquias e da EDA para manter em funcionamento as centrais comunitárias existentes. Ainda durante a semana passada a Junta de Freguesia de Santo Antão, preocupada com os desejos da sua população, conseguiu, junto da EDA, que a Fajã de São João passasse a ter um fornecimento de energia eléctrica durante 18 horas e meia consecutivas, quando até a meados deste mês o fornecimento era feito por dois períodos, correspondentes a menos 4 horas diárias. Situação que já não correspondia às necessidades e aos desejos dos seus habitantes permanentes.

Mas, para percebermos a importância que tem uma fajã de São Jorge, temos de combater a ideia, que infelizmente algumas pessoas menos atentas ainda possuem, de que a Casa de Fajã é uma casa de veraneio, ou uma casa de férias.

Nada é mais errado, senhores Deputados.

A Casa de Fajã é uma extensão da moradia do jorgense, com terrenos anexos, excepcionalmente férteis, que se encontram praticamente todos cultivados, produzindo produtos agrícolas de primeira necessidade e de grande qualidade alimentar, e que é utilizada principalmente em duas épocas do ano. Estas épocas correspondem precisamente às ocasiões em que se cultivam as terras e se colhem os produtos.

Aliás, a actual crise do sector agro-pecuário está a ter como consequência o aumento da preocupação pelo auto-abastecimento, o que tem contribuído para o repovoamento das fajãs e para a reocupação das terras aráveis, cuja produtividade, em termos de quantidade e qualidade, é simplesmente notável.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

A agressividade do clima nalguns locais da nossa ilha foi, por ventura, uma causa muito forte desta vivência, talvez única nos Açores.

A ilha possui condições atmosféricas ímpares. Por um lado temos terrenos com altitudes consideráveis e com características bastante adversas ao cultivo dos principais produtos agrícolas, e por outro lado, possui micro-climas com condições excepcionais para a produção agrícola que são as referidas fajãs.

Enganam-se todos aqueles que defendem a desertificação das Fajãs, pois os jorgenses nunca vão virar-lhes as costas. É uma questão sócio-cultural, mas com uma vertente económica de grande peso na nossa economia familiar.

Quero, por isso mesmo, sugerir ao Governo Regional que reflecta sobre este assunto e nos diga, nesta Assembleia, quais as suas verdadeiras intenções sobre a matéria, pois os jorgenses gostam sempre de saber com o que podem contar, e acima de tudo com quem podem contar.

Apenas como nota final, quero acrescentar que a situação das fajãs de S. Jorge tem de ser analisada com ponderação, mas também com determinação, designadamente no que diz respeito a estratégias de utilização, mas também de conservação da própria estrutura geológica, sendo que neste particular os problemas criados constantemente, e que têm de ser resolvidos todos os dias, geram custos que têm de ser analisados com urgência, na sua imputação.

Pretendo também trazer, oportunamente, essa análise a esta câmara, e discuti-la convosco, pois as fajãs de São Jorge têm que passar a ter um tratamento diferente e mais adequado à nossa realidade.

Disse.